



Mensagem do
1.º de Dezembro de 2001

Por S.A.R.
O Duque de Bragança



Vim celebrar esta data no berço da nossa nacionalidade, para dar o meu apoio à nobre iniciativa tomada pela autarquia de Guimarães, que pretende que o Centro Histórico da cidade seja reconhecido como Património Cultural da Humanidade.

Aproveito também para agradecer aos Vimaranenses e aos Minhotos em geral, a maneira como acolheram a minha Família quando o nosso filho Afonso aqui recebeu a água do baptismo.

Após mais de oito Séculos da sua História, durante os quais a Soberania Nacional manteve um dos seus instrumentos mais importantes - uma moeda própria - Portugal vai deixar, dentro de semanas, de ter o seu Escudo. Ficará, com o Euro, assim ainda mais dependente de decisões tomadas além fronteira, sobre as suas questões financeiras. Corremos assim o risco de que opções da maior importância para Portugal, sejam tomadas em centros de poder, quase totalmente alheios aos interesses nacionais porque fundamentalmente "obedientes" aos interesses das potências dominantes na Europa. Isto apesar dos eventuais esforços dos Governos Portugueses. É pois indispensável que sejam encontrados mecanismos, internos e a nível da Europa, que evitem estas nefastas mas possíveis consequências, de modo a que o Euro se torne efectivamente num útil meio de desenvolvimento económico, respeitador das culturas diferenciadas que fizeram da Europa um expoente de civilizações no Mundo.

Quando a 1 de Dezembro de 1640 os Portugueses recuperaram a sua independência aclamando o Duque de Bragança, D. João, Rei de Portugal, voltaram a colocar a nossa Pátria no seu caminho histórico.

Actualmente debatem-se propostas alternativas para a inserção de Portugal na Europa. Para uns, deveria realizar-se um generoso projecto de união solidária entre as Nações Europeias; para outros deve avançar-se no sentido de extinguir os actuais Estados, formando uma "República Federal Europeia"; outros ainda procuram conciliar qualquer dessas duas soluções com uma clara linha de actuação que aproxime a Europa de outros Estados que com ela tenham grandes afinidades culturais e históricas.

Seja qual for o caminho, compete aos Portugueses pronunciarem-se sobre o



seu futuro. Esse direito ainda não lhes foi claramente facultado, apesar dos preocupantes sintomas já perceptíveis, como sejam a massificação de comportamentos importados, a erosão de princípios fundamentais herdados, a perda de poder sobre grande parte do nosso património a que não escapa o modo como é utilizado o solo de todos nós Tudo isto sem que o Povo tenha decidido.

Recordo que se define um Estado como formado por Um Povo, Um Território, Uma identidade cultural que unia e justificava o território, e depois um poder Legislativo e Coercitivo. Assim, com a destruição ou diluição dos valores culturais que dão forma à identidade de um Povo, se destroem ou diluem os direitos de soberania.

Não saber conservar aquilo que o Tempo não devorou e a mão do Homem poupou, deturpar em gesto de vã glória o que escapou de autentico, representa uma missão não cumprida, e sujeita-nos à condenação das gerações vindouras.

A causa do Património é uma Cruzada em que se combate pela identidade de Portugal, onde se realiza a melhor e mais elevada expressão da herança colectiva, que se completa quando alcança a preservação da identidade Cultural.

Os povos sem memória não têm futuro, e a degradação progressiva da nossa paisagem natural, ou construída pelo homem, é simultaneamente uma causa e uma consequência da progressiva perda de identidade nacional que estamos a sofrer. Felizmente muitos responsáveis lutam com coragem contra esta degradação. No entanto, não basta salvarmos algumas áreas do país como quem cria museus vivos ou parques naturais, é necessário criarmos as condições para que o desenvolvimento seja orientado no respeito por este património que nos foi legado pelos nossos antepassados, e que temos a obrigação de preservar e melhorar para os nossos descendentes. Neste sentido encorajamos todos os responsáveis, nos diversos níveis da decisão, nomeadamente os que agora se apresentam para assumir responsabilidades autárquicas, para que se excedam no sentido de serviço para que forem eleitos, e zelem por um desenvolvimento urbanístico orientado para o Homem e preservando as condições ambientais que o futuro da humanidade exige



Este apelo à preservação do Património Territorial e Cultural mais não visa que convidar as Portuguesas e os Portugueses a concentrarem-se no que é nosso, mais não procura que alertar, em tempo útil, as Instituições do Estado a fortalecer o que nos une, afastando os sinais de degradação que emergem da cena política. A credibilidade da classe política e das instituições políticas no exercício do poder aglutinador de defesa do que é Portugal, constitui alicerce principal para preservar a ligação entre "eleitores" e "eleitos", base fundamental para o exercício democrático do poder. A ninguém serve o desprestígio das nossas instituições políticas. Por outro lado o País espera dos seus chefes e representantes, uma corajosa defesa da nossa forma de ser e estar, exige deles firmeza, capacidade de decisão e tomadas de posição de modo a que não seja ferido o seu brio e fiquem defendidos os legítimos direitos de um estado soberano. Devemos escrupuloso respeito aos outros estados; mas temos que, com tranquilidade e sem vacilar, terminar iniciativas iníquas que grandes ou pequenos nos queiram impor.

E melhor não encontramos para assegurar o êxito deste processo que a Instituição Real, sendo o Rei que surge na vida da nação como uma solução consensual, e um instrumento de pacificação e de progresso. Ainda recentemente o Rei Simeão da Bulgária, que, independentemente do êxito que venha a conseguir, ofereceu para o Serviço da Pátria o prestígio da sua dinastia, a experiência de uma vida de trabalho, a independência dos seus pontos de vista e das suas intenções.

Veio a seguir o caso do Afeganistão, em que um soberano, afastado do trono há três décadas, é reconhecido por muitas forças políticas e até pela Organização das Nações Unidas, como elo de ligação, ponto de convergência, a mais alta garantia de concórdia para um futuro difícil. Em ambos os casos trata-se de Monarcas que já ocuparam o trono, e que estão prontos a servir os seus povos no posto que as circunstâncias revelarem mais útil. Não é, em qualquer desses casos, uma renúncia à dignidade e grandeza da instituição, é sim, a prova mais clara dessa grandeza e desse prestígio, um reflexo (ainda que sujeito à refração da conjuntura) da alta virtude da Realeza.



A história de Portugal, constitui, quando olhada de certo ângulo, uma lição oportuna para o momento que a humanidade está a viver.

Por um lado houve na nossa História, séculos de hostilidade, de incompreensão, de mortal conflito, entre Cristãos e Muçulmanos. Por outro lado, sempre se procurou, para além da linguagem das armas, uma outra linguagem, mais interior e mais fecunda: a linguagem das almas, na busca de compreensão e até de comunhão à volta dos mesmos valores espirituais. Os Reis de Portugal, foram durante longo tempo "soberanos das três religiões", guardas, guias e juizes de todos aqueles que, por caminhos diferentes, prestavam culto ao Deus do Universo e do Homem, e reconheciam o significado essencial da Revelação através do Livro Sagrado, sem esquecer o que há também de revelação divina, na Ordem do Mundo e na consciência humana. Quando hoje se está em risco de identificar o crente de outra religião com o próprio mal, é urgente aprofundar o sentimento das crenças e dos cultos, é indispensável que proclamemos a autêntica fraternidade espiritual e afectiva entre os fieis das grandes religiões, não para cada qual abandonar a sua, mas para provarmos todos em comum que não são exclusivamente os nossos interesses e as nossa ideologias que pretendemos servir. A Realeza não tem que ser confessional, mas a Realeza sempre foi em Portugal uma instituição ao serviço das Pessoas e das comunidades. Por isso tive a honra e o privilégio de receber em Fátima o Dalai Lama, e com ele privar, em prol da Paz, em momentos de raro recolhimento. Também tive recentemente a oportunidade de confraternizar, em Nova Iorque, com individualidades representativas do judaísmo Sefardita de origem portuguesa, assim como tive o enorme prazer de ser acolhido por Sua Alteza o Príncipe Herdeiro da Arábia Saudita, em Riade. Se acrescentarmos a minha presença como Patrono do "Forum das três Fés", que reúne personalidades representativas do Cristianismo, Judaísmo, e do Islão, creio ter demonstrado a preocupação ecuménica que sempre procuro pôr em prática.

Porque a referida visita que efectuei a Nova Iorque teve também como objectivo participar com Portugueses na missa de sufrágio pelos desaparecidos nas trágicas ocorrências do 11 de Setembro, não posso deixar de manifestar o meu repúdio pelas acções terroristas que desde então se abatem sobre os Estados Unidos e, simultaneamente, trazer



algumas reflexões quanto a causas e consequências dos factos verificados. A massificação do acesso à tecnologia aliada à globalização dos meios de comunicação, torna possível a qualquer descontente desesperado, de formação adequada, extravasar a sua ira através de métodos ou processos letais de destruição maciça. E são tão diversificados os meios utilizáveis, que se torna difícil, senão impossível, impedir, em qualquer parte do mundo, a sua efectivação. Há, pois, que aceitar uma realidade de risco, e com ela saber conviver em consciência mas sem tibieza, enquanto prevalecem condições propícias ao desespero impulsor. O sofrimento de muitos confrontado com o desperdício de uns quantos, a insensibilidade de opressores desrespeitando a essência humana de oprimidos, a prioridade material a sobrepor-se ao respeito pelo indivíduo, o esquecimento, a marginalização, e a injustiça são apenas algumas motivações convidativas a procedimentos extremos a que o mundo está sujeito. É por isso indispensável encontrar novos modelos de desenvolvimento que diminuam as assimetrias porque não é sustentável tantos milhões de pessoas viverem em escandalosa pobreza ou sob desesperante opressão.

Deus queira que nova consciência cívica tenha nascido em 11 de Setembro, de efeitos proveitosos e duradouros, embora não afastando a necessidade a curto prazo, de dotar os Estados com forças armadas aptas a enfrentar, neutralizar e levar a julgamento os mentores dos horrores do terrorismo.

Portugal não se pode eximir de assumir compromissos militares de natureza colectiva, sendo necessário uma Instituição Militar credora da nossa confiança e portadora de valores onde o País se reveja. Para o conseguir lembro os Serviços centenários prestados pelo Colégio Militar, formador de grandes figuras que orgulharam a Pátria. Ser militar, tal como ser sacerdote, requer uma verdadeira vocação, e o Colégio Militar sempre soube despertar esta vocação nos jovens que o frequentaram. Extingui-lo por mesquinhas razões economicistas, seria um péssimo negócio para Portugal.

Deste berço de Guimarães fomos capazes de nos erguer e dar os primeiros passos. Começando no Continente e depois pelos quatro cantos do Mundo. Passados mais de oito séculos de tenaz luta pela sobrevivência, deixámos pedaços do que levámos e acreditávamos, e ainda hoje, já sem o exercício



de soberania, mantemos ligações de privilégio com muitos dos Estados que ajudámos a erguer. Próximo de todos eles, lembro Timor que se apresta para celebrar a Liberdade, e que tantos sacrifícios soube suportar e com determinação ultrapassar. Apesar das dificuldades, confio na capacidade dos Timorenses em sobrepôr diferenças e ressentimentos, transformando Timor em exemplo para todos os povos. Também recordo Cabinda, com especificidade ainda não reconhecida, Angola, onde a Paz tarda a ser encontrada, Moçambique, Cabo Verde, Guiné e S. Tomé e Príncipe, numa procura permanente da afirmação que merecem. Macau, vivendo uma nova realidade que desejamos frutuosa e feliz e , finalmente, o grande Brasil, grande na dimensão, na riqueza da sua diversidade cultural, no potencial da sua capacidade criadora, na generosidade das suas gentes, fruto da sua Fé que os nossos antepassados levaram de cá. A todos saúdo neste idioma que deverá cada vez mais ser um laço de união entre nós, se soubermos evitar a sua divisão em várias linguagens diferentes.

Nesta histórica Guimarães, no início do novo milénio, a Isabel e eu renovamos, com solenidade, a afirmação da nossa disponibilidade para cumprir o destino que os Portugueses nos queiram traçar. Que Deus nos dê a Graça de os saber servir e assim corresponder ao que de nós for exigido.

Viva Portugal.

Dom Duarte de Bragança